



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

| COMISSÃO ESPECIAL - FINANCIAMENTO DA SAÚDE PÚBLICA | | |
|--|-------------------|-------------------|
| EVENTO: Reunião Ordinária | Nº: 0325/13 | DATA: 16/04/2013 |
| INÍCIO: 15h04min | TÉRMINO: 16h48min | DURAÇÃO: 01h44min |
| TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h44min | PÁGINAS: 39 | QUARTOS: 21 |

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Definição do roteiro de trabalho da Comissão e deliberação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há expressões ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Boa tarde, Srs. e Sras. Deputados, assessores. Sejam bem-vindos e bem-vindas à 2ª Reunião da Comissão Especial para discutir o financiamento da saúde pública.

Encontram-se à disposição dos Srs. Deputados cópias da ata da primeira reunião.

Pergunto se há necessidade da sua leitura.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Peço dispensa, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Sr. Presidente, já que estamos com a ata na mão, V.Exa. poderia dispensar sua leitura, o que agilizaria os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Dispensada a leitura, a pedido do Deputado José Linhares.

Com a palavra a Deputada Janete Rocha Pietá, que tem compromisso no Colégio de Líderes.

A SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ - Boa tarde, Sr. Presidente, Deputadas e Deputados.

Eu gostaria de justificar minha ausência. Nós temos reunião de Líderes — à qual irei ainda como coordenadora da bancada —, que foi transferida da manhã para a tarde.

De qualquer maneira, eu queria apresentar a esta Comissão um relato minucioso, com estatísticas da nossa cidade, feito pelo Secretário de Finanças, a respeito da saúde. Já o encaminhamos para o Ministro Alexandre Padilha, no sentido de se fazerem alterações e realmente a saúde poder receber muito mais do que atualmente é repassado.

Aqui se mostra a evolução da taxa de mortalidade infantil. Essas são contribuições da nossa cidade. Também há aqui um quadro comparativo de algumas questões em todo o Estado de São Paulo.

Por isso eu acho interessante e relevante entregar este texto a esta Comissão. Eu o faço sem nenhum ofício, mas o entrego ao Relator e ao Presidente e justifico a minha ausência por estar indo à reunião do Colégio de Líderes como coordenadora da bancada feminina.



Ressalto que a Língua Portuguesa é machista. Por isso nós queremos que se diga “Deputados e Deputadas”. Temos até uma PEC para mudar para “Câmara Federal” o nome da Câmara dos Deputados. Eu não sou homem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Sim, senhora.

Muito obrigado por sua brilhante contribuição. No início da reunião eu saudei os Deputados e as Deputadas, mas V.Exa. se sinta com toda a liberdade para se manifestar. V.Exa. representa a maioria da população do Brasil em gênero.

Não havendo quem queira discutir a ata, considero-a aprovada.

Expediente.

Comunico que foram expedidos os seguintes ofícios:

Ofício nº 1, para a Consultoria Legislativa, solicitando a designação de consultores legislativos para prestar assessoramento a esta Comissão Especial, tendo sido designados os Srs. Fábio Gomes e Alexandre Nobre.

O Fábio está ali, e o Alexandre ainda não chegou. Seja bem-vindo, Fábio.

Ofício nº 2, para a Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, solicitando a designação de consultores para prestar assessoramento quanto aos aspectos de adequação financeira e orçamentária, tendo sido designado por meio do Ofício nº 22/13 o Sr. Mário Luis Gurgel de Souza. Ele está por chegar. Ele é bom. Todos são bons.

Ordem do Dia.

A pauta inicial é a definição de roteiro de trabalho e depois apreciação de requerimentos.

Esclareço, preliminarmente, que a finalidade do roteiro de trabalho é planejar as ações, estabelecendo prioridades e critérios para o debate, visando à otimização do tempo, à eficácia e à produtividade. Isso implica dizer que a aprovação de temas ou nomes sugeridos pelo Relator em sua proposta não supre a exigência regimental da apresentação de requerimentos.

Assim, a realização de reunião de audiência pública, o comparecimento de Ministro e outros eventos pressupõem a aprovação do respectivo requerimento, que deverá ser apresentado por escrito e autenticado pela Secretaria da Comissão com antecedência mínima que permita a sua publicação — um mínimo de 12 horas, no



dia anterior. É óbvio que, quando houver consenso, nós poderemos discutir, mas, regimentalmente, nós precisamos cumprir isso, em tese.

Com a palavra o nosso Relator, Deputado Rogério Carvalho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO CARVALHO - Estou propondo para apreciação dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas a divisão do tema, para fazermos a abordagem, em três itens, ou utilizarmos três categorias para abordar esse tema: fontes de financiamento; partilha dos recursos do SUS; transparência na aplicação dos recursos.

A ideia é que façamos três reuniões para discutir fontes de financiamento. Eu não apresentei propostas de requerimentos nem nome de ninguém. Como a Comissão vai contar com a participação efetiva dos Deputados e das Deputadas, eu imagino que nós vamos ter a contribuição de todos com relação à sugestão de nomes.

Inicialmente, seriam três audiências para discutirmos fontes de financiamento. Como sugestão, que eu não coloquei aqui, podemos convidar alguns gestores de sistemas universais, como o inglês e o espanhol e o de algum dos países nórdicos, para que possamos ouvir experiências e compartilhar com eles. Sugiro que os convidemos para que eles possam participar. Esse seria o primeiro item.

Outro item abrange os critérios de partilha. A Lei Complementar nº 141 estabelece que o Ministério tem que definir como vai se dar a partilha dos recursos entre a União e os Estados. Acho que esse é um tema importante, para que possamos discutir de que maneira os recursos novos ou os recursos do SUS podem ser distribuídos entre Estados e Municípios. Qual será o critério?

Devemos fazer esse debate e ouvir o que o Ministério, por exemplo, está sugerindo para a partilha depois da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29. Devemos saber como está esse debate e ver como, em outras experiências de sistemas, se faz essa distribuição — se é *per capita* ou *per capita* mais a responsabilidade de cada operador sistêmico, que estamos chamando no Brasil de responsabilidade sanitária; se é por política; ou se é por programa. Como será feita a composição da partilha dos recursos, quando forem agregados, para o custeio e para o investimento? É óbvio que aqui se pressupõe que vamos ter recurso para



custeio e recurso para investimento. Esse debate é muito importante, para que possamos enriquecer e dar consequência ao trabalho da Comissão.

Por fim, os mecanismos de transparência. Eu não estou trabalhando aqui os mecanismos de controle, porque eu acho que já existe controle suficiente. A questão não é de controle, mas de transparência do gasto, de como podemos inovar e propor medidas que possam tornar a aplicação do recurso visível para toda a sociedade, para que possamos enfrentar o debate na sociedade sobre se o dinheiro da saúde é bem aplicado ou mal aplicado. Precisamos inovar no quesito transparência. Isso também requereria, obviamente, convidar alguns representantes. Podem ser gestores estaduais, podem ser gestores nacionais, podem ser teóricos que formulam sobre isso nas nossas universidades, representantes de sistemas de outros países que têm essa tarefa.

Isso nos permitiria, ao longo dos meses de abril, maio e junho, que é a nossa proposta, fazer essas audiências para colher informações e enriquecer nosso debate inicialmente.

Então, seriam três audiências com o tema *Fontes de financiamento*, duas com o tema *Partilha de recursos* e duas com o tema *Transparência na aplicação dos recursos*. Então, em linhas gerais, o roteiro seria esse.

Teríamos abril, maio, junho e julho para a apresentação do primeiro esboço, da primeira síntese das discussões, com o apontamento do que fizemos de discussão para as decisões subsequentes. Sei que nesse período poderemos ter algo muito importante, como o projeto de iniciativa popular aqui na Casa, que vai enriquecer bastante, mas isso não retira de nós alguns debates que me parece vão acontecer. Por exemplo, a renegociação da dívida dos Estados com a União, e o debate dos *royalties*, que também está na ordem do dia.

Poderíamos também ter clareza de que esses recursos estarão em disputa. Eles podem ir para a educação somente, podem ir para a educação e para a saúde, podem simplesmente deixar de ser... Os Estados podem livremente aplicar o recurso na renegociação das dívidas com a União. Tudo isso pode ser objeto de discussão, e podemos entrar nesse debate com força e encontrar fontes para o financiamento.

Além disso, podemos propor medidas outras, negociação, formas de ampliar a base, etc. Temos aqui a possibilidade de sair com vários caminhos. O importante é



que concluamos esse trabalho com caminhos claros, definidos e com projetos que possam trazer consequências reais, como, por exemplo, a consolidação do financiamento adequado para a saúde pública no Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Coloco em discussão.

Com a palavra, primeiro, o Deputado José Linhares. Depois falarão os Deputados Pestana, Dr. Ubiali e Rubem.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Sr. Presidente, nobres pares, em primeiro lugar, eu queria parabenizar o nosso Relator, porque, pela planilha que ele nos coloca e que ele acabou de expor, ele realmente enfoca o problema e sobretudo já tangencia para que possamos ter soluções bem objetivas, o que seria realmente a finalidade desta Comissão.

Acho que, na hora em que ele pensa nas fontes de financiamento, na partilha dos recursos do SUS, na transparência na aplicação dos recursos, nas audiências públicas a serem realizadas, quando ele alude aqui que poderíamos ouvir outros segmentos, como, por exemplo, para averiguarmos como esse problema está realmente sendo tratado na Inglaterra e em outros países, isso significa que nós iremos ter um relatório que não vai ser simplesmente mais um relatório para ficar nos escaninhos desta Casa. Esse será um relatório que, depois, com muita objetividade, poderemos levar não só ao Ministro, mas até à Presidente da República.

Parabéns ao nosso Relator. Parabéns, sobretudo, pelo roteiro de trabalho. A síntese foi feita com muita precisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Muito obrigado, Deputado José Linhares.

Com a palavra o Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Boa tarde a todos.

Eu queria expressar aqui um sentimento pessoal. Particularmente, nesses anos todos em que estou envolvido na discussão do SUS, revelo um certo esgotamento para discutir num clima acadêmico coisas que já aprofundamos muito. Não há muito o que falar.



Acho interessante a ideia do Deputado Rogério de pegarmos a experiência comparada internacional. Eu queria sugerir a Itália, que tem um modelo de partilha das tarefas muito interessante em termos de federação. Então, acho uma rodada interessante ver... Claro que os países europeus, onde está concentrada a maior parte dos sistemas de caráter universal, estão atravessando uma profunda crise. Em Portugal, o governo está atrasando com os hospitais, com os fornecedores. Está uma situação muito difícil. Vamos pegá-los num momento de profunda crise do Estado de Bem-Estar Social. Mas acho interessante.

Acho que realmente deveríamos focar em algumas pessoas, para não ficarmos chovendo no molhado e repetindo o que nós falamos entre nós mesmos. Há alguns especialistas. Parece-me que a Ligia Bahia de vez em quando faz uma reflexão mais interessante, mais criativa. O Gilson sempre trabalha o tema. Acho que devíamos pegar o pessoal da área da Receita também, especialistas na questão do modelo tributário, para nos ajudar a pensar.

A minha expectativa é que entreguemos o relatório para gerar ações antes do recesso. Acho que a Comissão deveria concluir o trabalho antes do recesso.

Sem juízo de valor, andei pensando rapidamente em quais são as alternativas. Muito pontualmente, sem emitir juízo de valor, quais são as alternativas que temos?

Em primeiro lugar, o projeto de lei de iniciativa popular que estabelece a vinculação de 10%. Isso introduziria uns 40 bilhões a 50 bilhões de reais a mais no sistema. Não resolveria, mas seria um degrau.

Em segundo lugar — esse negócio é um dogma em que ninguém toca, ninguém teve coragem de tocar, mas a Ligia Bahia fala sempre disso nos artigos dela —, a proposta é eliminar a dedução no Imposto de Renda. Há uma controvérsia. Já ouvi estimativas de que são 5 bilhões de reais, mais ou menos, de renúncia fiscal. Mas isso toca direto na classe média. É uma renúncia de recursos públicos em favor da saúde privada. Não estou emitindo juízo de valor. Estou apenas mapeando.

Em terceiro lugar, há a proposta de um novo imposto vinculado, de ressuscitarmos a discussão do imposto. Em quarto lugar — e é outro dogma —, a introdução do copagamento. A Farmácia Popular quebrou esse tabu. Acho,



inclusive, que ela tem uma inconsistência com a Constituição e com a legislação que deu origem ao SUS e que introduziu a gratuidade. Logo no início, quando o Ministro Humberto Costa a lançou, eu era gestor e escrevi um artigo no *O Estado de S. Paulo* colocando algum obstáculo. Eu dizia na época achar que o Ministério estava desbalanceando o sistema, dando foco mais na Farmácia Popular que no sistema público, na farmácia de atenção básica. Estava desinvestindo numa para investir na outra. A Farmácia Popular é um sistema de copagamento. Não tenho nenhum preconceito *a priori*, porque na França e nos sistemas públicos de acesso universal, como no Canadá, há formas de copagamento com critérios de equidade social.

Então, ou nós introduzimos novo imposto, ou eliminamos a dedução, ou introduzimos os 10% de vinculação, ou introduzimos o copagamento.

E, em quinto lugar, temos os *royalties* do petróleo, uma oportunidade que está em discussão concreta, objetiva. Trata-se de uma massa de recursos razoável e que tem a possibilidade de ser direcionada apenas para a educação.

Pelo lado da receita, só vejo esses cinco caminhos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - A iniciativa popular são os 10%. Além disso: eliminação da dedução do Imposto de Renda, o que implica, subjacentemente, obstaculizar qualquer outra iniciativa de transferência de renda do SUS para a saúde complementar, se vier a caminho — e estamos falando do que é hoje —; criação de imposto novo; introdução de copagamento, de alguma forma de copagamento, com critério de equidade; e *royalties* de petróleo.

Pelo lado da despesa — e são também dogmas, cláusulas de direitos constitucionais: revogar a universalidade, focalizar o sistema. Não estou defendendo, só estou mapeando para um plano de trabalho. Poucas pessoas têm coragem de falar isso, mas há pessoas que dizem que deveria ser um SUS para os pobres. Então, limita. É uma alternativa. Ou então restringe a integralidade, faz claramente isso, não na elegância que o Rogério Carvalho tenta em sua tese do padrão de integralidade, mas uma restrição mesmo de custos a partir da redução do escopo de ação do SUS.

Não estou dizendo que sou a favor de nenhuma dessas medidas. Concordo com algumas, com outras não. Mas não consigo enxergar como sair dessa órbita.



Acho também importante não se restringir ao financiamento global.

Outra coisa, Rogério, que se tem que introduzir como dispositivo legal — nós tivemos a experiência em Minas, você deve ter tido, também, em Sergipe — é o problema da substituição de fontes. Anuncia-se um programa novo, um incentivo para determinada ação, coloca-se o dinheiro para estimular alguma ação, algum avanço na atenção primária, e o Prefeito, que já está com a corda no pescoço, pega o incentivo estadual ou federal, recua e desfinancia a parte municipal. Então, o impacto sanitário é zero. O impacto fiscal, para o tesouro municipal é... mas a política se torna ineficaz.

Então tem que se pensar também na substituição de fonte, para que o que se agregar, efetivamente seja agregado ao impacto sanitário para a população.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Obrigado, Deputado Marcus Pestana.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Ubiali.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Inicialmente, cumprimento o Relator, que está tentando dirigir os trabalhos. Quero fazer uma sugestão. Diferentemente de Marcus Pestana, temos divergido ultimamente. Não é comum divergir, mas temos divergido. Nossa discussão deveria partir do princípio constitucional da solidariedade, como foi pensada a nossa Seguridade Social.

Há muito tempo, fala-se do déficit da saúde, que não há dinheiro; fala-se do déficit da Previdência; diz-se que o Tesouro está aportando recursos — que, na verdade, são da Seguridade Social. Portanto, não está pondo nada, ele está só pegando o dinheiro que já era daquilo e dizendo que está colocando lá.

Foi muito bem bolado o sistema de financiamento público no Brasil, constitucionalmente. O que aconteceu foi que nada foi cumprido. Talvez possamos estudar isso melhor, ter informações mais concretas de quanto realmente comporta isso financeiramente, e, a partir daí, dizer o que está faltando. Talvez não esteja faltando, talvez estejam mal distribuídos os recursos. Talvez não precise nem dos 10%, ou de uma lei para isso, porque já está na Constituição que todo esse dinheiro deveria ser para a Seguridade Social, em seus segmentos Assistência Social, Saúde e Previdência.



Gostaria muito que você falasse da primeira proposta: o que temos hoje? Como está previsto na Constituição e como estamos recebendo aquilo que está previsto na Constituição? A partir daí, tudo aquilo que o Deputado Marcus Pestana falou é verdadeiro. Daí para frente, concordo com S.Exa.

Mas gostaria muito de outra informação sobre essa história da renúncia fiscal que acontece com a saúde. Porque eu já vi números muito diversos, de 5 a 30 bilhões. Eu gostaria de ter a informação correta sobre isso. Gostaria que o Presidente solicitasse à Fazenda essa informação, pelo menos para se tomar conhecimento de que valor se está falando. Senão perderemos tempo discutindo valores que não serão suficientes para tudo. Meu pedido é: vamos começar discutindo o financiamento constitucional que existe. Para a Seguridade Social, nossa Constituição é solidária. Como solidária, não deveria faltar recursos para nenhum desses três setores, que, tradicionalmente, é algo que vem ocorrendo ao longo do tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Muito obrigado ao Deputado Dr. Ubiali

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, prezado Relator, temos a responsabilidade de fazer nesta Comissão algo relevante para o País, não para o Governo da Presidenta Dilma, não para o Governo do Presidente Lula, tampouco para o próximo ou a próxima Presidente da República. Assim como o Deputado Marcus Pestana — que já deve ter queimado muitas pestanas ao longo dos nos anos, como gestor e Parlamentar, dedicando-se ao setor da saúde —, muitos de nós não suportam mais fazer o papel de faz de conta.

Quando assumimos o mandato, juramos respeitar e defender a Constituição da República Federativa do Brasil. São 25 anos de uma Constituição que não está sendo respeitada por nenhum dos governantes eleitos, desde a retomada do calendário eleitoral, em 1989, um ano depois de promulgada a Constituição.

O Deputado Dr. Ubiali lembrou que houve um salto de qualidade, um salto conceitual na Constituinte com a incorporação do conceito de Seguridade Social.



Nos arts. 195 e 198 da Constituição estão claras as relações da saúde com o SUS e do SUS com a Seguridade Social. Acontece que, por trás disso tudo, o mundo vem sendo vítima de um conjunto de políticas macroeconômicas, e todos os Governos brasileiros que se sucederam desde então são seguidores da espinha dorsal desse modelo. Todos eles têm metido a mão no dinheiro da Seguridade Social, transferindo inicialmente para fundos — como o Fundo Social de Emergência, o Fundo de Estabilização Fiscal — e depois para a famigerada Desvinculação dos Recursos da União, para o Tesouro Nacional, aquilo que deveria ser assegurado, integralmente ao Orçamento da Seguridade Social.

Chegou ontem a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014. Os senhores verão lá, como veremos em 2014, na discussão do Orçamento, no segundo semestre, que o Governo Federal apresenta o Orçamento de Investimento das Empresas Estatais Federais, o Orçamento Fiscal/Seguridade Social. Essa barra deveria ser de ferro, para metermos na cabeça das autoridades econômicas, para que deixassem de ser hipócritas. Não existe Orçamento Fiscal/Seguridade Social. O que se pratica neste País há 25 anos é a anulação do orçamento da Seguridade Social pelo orçamento do Tesouro Nacional. Para onde vai o superávit da Seguridade Social quando é incorporado ao Tesouro Nacional? Para a conta do superávit primário. O Brasil é um dos únicos países que se dá o luxo de tributar, de maneira regressiva e indireta, a sua população, de concentrar receita na União Federal, em detrimento do federalismo fiscal com Estados e Municípios; e se dá o luxo de desviar recursos da Seguridade Social para garantir a saúde financeira dos grandes aplicadores dos papéis do Tesouro Nacional. Isso é uma vergonha!

Enquanto pessoas morrem nas filas dos hospitais — gestantes, seus filhos, aposentados, idosos, pessoas que levam meses para marcar uma consulta, meses e meses para realizar exames, meses e anos para iniciar um tratamento na rede pública de saúde —, a elite financeira deste País não corre risco algum, porque aplica os seus ativos nos papéis do Tesouro Nacional.

“Ah, mas eu já cansei — como cansou o Deputado Marcus Pestana — de ouvir que o Governo vem reduzindo a taxa de juros, que a SELIC agora tem o menor valor dos últimos 20 anos”. Sim, mas o Governo manipula dados, porque a SELIC só remunera 23% do estoque dos papéis do Tesouro Nacional. Sabem quanto é a taxa



média de juros do estoque da dívida interna? Onze vírgula quatro por cento (11,4%). E a taxa média de juros dos papéis da dívida externa está em 22%, hoje — relatório do Tesouro Nacional, publicado, disponível para qualquer Deputado. A taxa média dos papéis da dívida externa está em 22%.

Então, não podemos, mais uma vez, fazer uma Comissão para ser uma Comissão do *Diário Oficial*. Temos que fazer uma Comissão que investigue, primeiro, o mecanismo de arrecadação das receitas da Seguridade Social e, depois, a destinação das receitas para o financiamento.

Eu gostaria que separássemos as coisas: arrecadação é uma coisa, financiamento é outra coisa. Hoje, estamos financiando em cima de uma base falsa. Se fôssemos respeitar a Constituição que juramos cumprir, deveríamos discutir o financiamento em cima da base da arrecadação da Seguridade Social, e não de uma arrecadação mutilada, uma autêntica hemorragia no financiamento, como o artigo que eu publiquei no *Congressoemfoco* meses atrás, manipulando os dados da Seguridade Social.

Não estamos em outro País, nós estamos no Brasil. No Brasil a Constituição é clara: financiamento do SUS deriva das receitas da Seguridade Social. Se a Seguridade apresenta um superávit de quase 80 bilhões, nada impede que o Chefe do Poder Executivo, discricionariamente, administre esse superávit, para corrigir a tabela de pagamentos do SUS; para aprovar definitivamente a carreira única dos profissionais do Sistema Único de Saúde; para acabar com o profissional de saúde taxista, que fica rodando de um lado para outro; para evitar os desvios que são feitos na escala de pessoal do Sistema Único de Saúde.

Então, nós temos a responsabilidade de contribuir para que esta Comissão apresente respostas para a Nação — não para o Governo da Presidenta Dilma, não para o Governo que passou, nem para o Governo que virá.

E eu gostaria de, aproveitando essa janela que foi aberta com a apresentação de audiências e solicitações, reiterar aqui o que havia dito a V.Exa. — e aproveito para fazer minhas as palavras do Deputado Pestana — no sentido de, quem sabe, por consenso, fazermos uma audiência pública externa. Eu quero sugerir aqui que a façamos na UFRJ, com o Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Convidaríamos a Fundação Oswaldo Cruz, que acaba de



publicar, por sua editoria, um livro que eu quero compartilhar aqui, *SUS: o desafio de ser único*. Custa apenas 29 reais, e condensa as maiores e melhores contribuições daqueles que pesquisam, que fazem avaliação cotidiana do Sistema Único de Saúde.

Então, quero sugerir, gostaria que fosse pensada essa hipótese. Se ela se consolidar, que venha a ser por um requerimento coletivo, para que prestigie a Universidade Federal do Rio de Janeiro, os profissionais que tratam desta questão, a Profa. Ligia Bahia. Já estive com ela numa mesa no Conselho Federal de Medicina, há 2 anos, em São Paulo, discutindo o financiamento do SUS.

Creio que nós temos uma responsabilidade, uma missão histórica. Nós não podemos baixar a cabeça para as autoridades econômicas. Eu vi agora, publicado hoje, na *Folha de S.Paulo*, um artigo do Dr. Márcio Holland, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, intitulado "*Mais um passo da reforma tributária*", defendendo com unhas e dentes essa farra de desonerações tributárias em cima da arrecadação da Seguridade Social, em cima da COFINS.

Esses aqui são os "cabeças de planilha", como disse o Luis Nassif. Esse pessoal não entende que nós somos uma República Federativa, que o País não é administrado apenas do primeiro andar do Palácio do Planalto, do Ministério da Fazenda, de qualquer Governo. Este País é um todo. Não dá para fazer, em nome do crescimento da economia, desoneração tributária metendo a mão na arrecadação da Seguridade.

Desonera o IPI para favorecer a indústria automobilística, enfarta a mobilidade urbana nas cidades, aumenta a despesa das emergências e internações e procedimentos do SUS com os acidentes de trânsito. Isso é uma política burra! Burra! Não cabe na cabeça de quem tem bom senso! Não cabe! Desonerar a indústria automobilística, precarizar financiamento de fundos de participação e estuprar a despesa do SUS com gastos com acidentes de trânsito, emergências, internações e procedimentos hospitalares, isso é uma burrice. E só de quem vê o Brasil a partir da indústria automobilística. Quem vê o País como um todo não pode assinar embaixo de uma política como essa.

Então, eu quero aqui reiterar a ponderação que fiz a V.Exa. anteriormente e me somar à preocupação do Deputado Pestana, e compartilhar — espero que



possamos evoluir nessa direção — se vamos realizar audiência externa. Eu tomo a liberdade... Não sou Deputado do Estado do Rio de Janeiro, embora tenha nascido no Rio de Janeiro e more há 40 anos em Pernambuco; não faço política eleitoral no Rio de Janeiro, mas considero legítima, meritória a atuação do Instituto de Saúde Coletiva da UFRJ, dos profissionais da Fundação Oswaldo Cruz na área da saúde, na área do SUS, e gostaria muito que nós evoluíssemos para realizar uma audiência pública ouvindo aqueles profissionais que são de excelente qualificação, mestrado, doutorado, pós-doutorado, pessoas que o País conhece como batalhadores da saúde pública.

E quero que concluamos esse trabalho da melhor forma possível, pensando no País — não na equipe econômica do Governo, não na disputa eleitoral do próximo ano, não nos argumentos e dogmas daqueles que acham que financiar o SUS, integralmente SUS, quebra as contas públicas, ou enfraquece a política de estabilidade monetária do Governo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Muito bem, Deputado Paulo.

Com a palavra a Deputada Gorete.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Eu vou começar também minhas palavras pelo que o Paulo Rubem começou e terminou, ou seja, em relação a essas audiências públicas.

A sugestão que eu gostaria de deixar é que esta Comissão se descentralizasse um pouco em relação ao Brasil, para ouvir a realidade não só do Rio de Janeiro, como foi aqui sugerido, mas de outras regiões. Sugeriria que fizéssemos também uma escuta no Nordeste e outra no Sul do País, para que nós tivéssemos uma noção realmente departamental em relação à saúde.

Poderíamos também aproveitar essa modernidade de fotossensores e de processos de multas que estão existindo neste País, exageradamente, em todos os sentidos: no álcool zero, nos fotossensores, nas sinalizações de estradas. Nós sabemos que uma das coisas que mais impactam a saúde hoje são os atropelamentos, os acidentes de moto. Esses, sim, hoje são os que lotam totalmente os hospitais de todo o Brasil. Realmente, eu não sei a nossa realidade de fraturas



expostas, de todo o tipo de acidente, impactando totalmente o atendimento dos hospitais lá do Nordeste, particularmente do Ceará. Nós vemos isso. E vemos uma indústria total desse tipo de multa, vemos que nada vai, diretamente, para a saúde, para poder ajudar exatamente no que está sendo provocado.

Então, eu gostaria que se pensasse nessa fonte de financiamento. E que nós também pensássemos, quando tivermos que defender aqui o pré-sal, em não direcionar recursos totalmente para a educação; que fosse 50% para um e 50% para outro do que fosse designado em percentual.

E também, quanto ao orçamento impositivo dos Deputados, já está sendo uma realidade. Eu acho que vai ser uma das Comissões que menos tempo vai levar resolver as questões. Então, que fosse, pelo menos, 5 milhões de cada um dirigido diretamente para a saúde. Também são fontes de recursos. E sempre termos o patamar e o parâmetro da Seguridade Social, como foi falado aqui. Porque eu acho que é o que daria uma solução, pelo menos para um período, assim, de 40 anos, não falarmos em financiamento de saúde.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Então, está muito animado.

A palavra continua franqueada para a discussão sobre o relatório do Rogério. Há datas, V.Exas. viram datas. Há concordância ou não. V.Exas. querem mergulhar?

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Com a palavra o Deputado Mandetta.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - O Deputado Eleuses Paiva está olhando para mim e falando assim: "*Nós chegamos, ambos atrasados*". O que estão discutindo? Nós estamos perdidos. Será que não seria muito pedir que nos esclareça, sabermos em que fase nós estamos? V.Exa. falou de relatório do Deputado Rogério Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - O Deputado Rogério Carvalho fez uma proposta de trabalho que está aí.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Que é esta aqui.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - S.Exa. vai trabalhar em três vertentes: uma sobre fontes de financiamento; outra sobre a partilha; e a terceira eu não fixei.

Eu vou ler aqui porque eu não fixei: *“Transparência na aplicação dos recursos do SUS”*. E faríamos, inicialmente, seis audiências.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO CARVALHO - Cinco. Todas aqui em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Cinco? A proposta de S.Exa. é para que sejam feitas todas em Brasília.

Bem, e aí os Deputados começaram a discutir. Não entramos nas datas. Nas datas nós vamos trabalhar terça-feira e quinta-feira, provavelmente. Quanto ao tempo, alguém sugeriu aqui que fosse não tão rápido, a fim de que o Rogério não enlouqueça e não fuja. E S.Exa. nunca fará isso. E também não tão longo, para nós entrarmos o ano que vem ainda discutindo, pois o ano que vem é período eleitoral.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Esta Comissão tem competência para a discussão, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Não. Discussão e proposta.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Ela é propositiva ou deliberativa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Sim! Sim! Sim!

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Como ela foi formada? A redação dela...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Sim, sim.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Não. Ela é uma Comissão Especial para a discussão. Mas não está escrito “proposição”. Está escrito lá — onde eu vi — “discussão”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Não. Nós votamos uma proposta e encaminhamos, e encaminhamos.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - É, é.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Presidente Darcísio Perondi, eu quero saber os temas da audiência pública, se foram definidos aqui. Porque eu não cheguei a ver isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Não.

Com a palavra o Deputado Rogério Carvalho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO CARVALHO - Nós apresentamos três eixos de discussão: o primeiro são fontes de financiamento; o segundo eixo são as formas de partilha, mecanismos de partilha; e o terceiro eixo são mecanismos para dar transparência à aplicação dos recursos. Então, para cada um desses eixos, haverá um conjunto de audiências públicas: o primeiro, o que mais nos angustia, é composto de três audiências; o segundo, de duas audiências; e o terceiro, de duas audiências públicas, para abordarmos esses eixos.

É óbvio que, para cada um desses eixos, nós vamos poder convidar vários interlocutores. Nós estamos recebendo sugestões da Academia. O Deputado Rubem sugere que a gente convide a UFRJ e a Fundação Oswaldo Cruz. Há também sugestões para trazermos algum representante do sistema italiano — a Itália tem um modelo de financiamento que o Deputado Marcus Pestana acha interessante. Há outras sugestões que apareceram nas manifestações, que estão em aberto, para que os Deputados possam fazer sugestões ou de eixos ou, dentro desses eixos, de subtemas e nomes de pessoas e instituições que possam fazer o debate com a gente, para aprofundarmos a reflexão inicial sobre o tema do financiamento.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITTO - Eu quero fazer a seguinte sugestão: que em todas as nossas audiências públicas tenhamos sempre uma entidade de ponta para mostrar sua satisfação e o que as pessoas estão achando — um sindicato, uma associação, uma entidade de ponta, aquela que vai se utilizar do SUS, dos serviços de saúde.

Eu acho que é extremamente importante e correto nós ouvirmos representantes da Academia, mas acho que nós devemos também ouvir entidades de ponta, porque são aqueles que efetivamente vão se utilizar do serviço público, mais do que aqueles que têm planos de saúde, de maneira geral, aqueles que precisam do serviço público, principalmente urgências, enfim, todo serviço público no que se refere à saúde, e usam dele.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Deputado Roberto Britto, só um aparte. Quanto ao controle e à transparência, é claro, seria importante que



nós, mais uma vez, ouvíssemos os representantes do Departamento Nacional de Auditoria do SUS — DENASUS, que hoje carece da renovação dos quadros de carreira e que tem percorrido este País diuturnamente, encontrando na ponta os problemas que nós temos enfrentado, em se tratando de eficácia na aplicação dos recursos na saúde.

Eu creio que muitos Deputados conhecem os auditores do SUS, convivem com eles, portanto eles teriam muito a contribuir conosco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Ótima proposta. Apresente-a para nós. Na semana que vem, nós a aprovamos.

Com a palavra o Deputado Mandetta.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma sugestão, uma vez que o primeiro eixo seriam as fontes de financiamento. Sugiro que nós comecemos pela análise sobre se há a necessidade de nós discutirmos novas fontes de financiamento a partir das fontes de arrecadação tributária que nós já temos hoje dentro do País.

Se nós não partirmos dessa premissa neste ano de 2013, no ano que vem, 2014, se chegarmos àquela queda de braço que eu acho que não interessa a ninguém, se acharmos que só pode andar se ressuscitarmos a CPMF, ou criarmos outro imposto, nós vamos dar um tiro no próprio pé. Aqueles que têm o intuito de avançar, se partirem dessa premissa de que é preciso imposto novo, dão a perspectiva de trazer aqui a Receita Federal e a equipe econômica para que se posicionem e nós possamos entender, em cima da arrecadação atual, abrindo mão de receita, do que nós estamos falando. Se, em cima dos atuais 6,7%, 6,8% da receita formos para 10%, em quanto tempo poderemos ir, em cima da receita atual.

Então, se formos falar de novas fontes de financiamento, aí sugiro que estejamos com a mente muito aberta, para que também não caiamos no mais simples de todos, que é colocar um novo imposto para a população. Aí existem atividades econômicas sobre as quais escutamos: *“Ah, o pré-sal, 50% divididos entre educação e saúde”*. Tem que se fazer um cálculo. Esse pré-sal vai sair do fundo do mar? Estamos contando realmente com um sonho ou uma realidade? Em quanto tempo?



Eu não tenho nenhuma ligação, nenhuma ligação com o jogo. Meu Estado é um Estado que não tem tradição de jogo de espécie alguma, mas o vejo como uma atividade ilegal dentro do País. Sempre achei isso; nunca tive esse entendimento. Não sou jogador contumaz, mas sempre entendi também que o País abrir mão dessa arrecadação, dessa receita de cassinos, de jogo do bicho, que é uma coisa cultural dentro deste País, é algo que deve ser discutido, sim.

Inglaterra tem jogo, Espanha tem jogo, Portugal tem jogo, Argentina tem jogo, Uruguai tem jogo, Paraguai tem jogo, Estados Unidos tem jogo, Canadá tem jogo, México tem jogo, todo o Caribe tem jogo, e o Brasil não tem jogo, porque, aí por volta de 1950, resolveram acabar com o jogo.

Então, devemos pensar nisso também. Não sou ligado a nenhuma bancada, nem a favor nem contra o jogo, mas devemos pensar nessa possibilidade, para que não caiamos só nessa vala de chegar e falar assim: *“Se não houver imposto novo, não haverá dinheiro novo para a saúde”*. Devemos começar pela arrecadação que temos, pela crítica ao quadro atual, para sabermos da equipe econômica sobre a arrecadação, sobre se ela realmente não tem recursos para colocar, e, convencidos de que não há recursos, procurarmos um caminho para encontrar fontes de financiamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Muito bem.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Sr. Presidente, Deputado Darcísio, caros Deputados e Deputadas, o assunto que eu ia abordar é exatamente o que o Deputado Mandetta colocou. Então, considero que ele foi muito feliz nessa questão do financiamento. Ou nós temos de onde tirar ou, se não tivermos, temos essas fontes que estão aí em disponibilidade, até porque vamos enfrentar essa questão do jogo com mais coragem.

Eu também não represento o jogo, não tenho nada a ver com o jogo, não tenho nenhuma ligação, apesar de ser de uma cidade em que o jogo era muito forte, que é Poços de Caldas. Há lá os cassinos, que estão todos lá. Mas sobre a questão do jogo e sobre a o fato de a Igreja ser contra, acho importante que a Igreja, que realmente tem um papel fundamental na sociedade, inclusive de amparo até ao vício do *crack* e tudo o mais, se prepare para isto; que não concorde com os cassinos, com o jogo, mas que segure os fiéis para não irem para o jogo.



Temos que encarar isso de alguma forma. Por exemplo, o pré-sal. Ele é importante para a educação, mas hoje o PIB que se gasta com a educação é em torno de 5%. Quer-se passar para 10% para, depois, voltar para os 7,5%, que é a média mundial. Acho que, quando vai, depois não volta mais. Então, que se vá para os 7,5%, que está dentro da média mundial, para a educação. Acho que os 5% vão alcançar isso. Aliás, o pré-sal vai alcançar os 7,5% com 50% na educação, que é a média mundial.

Sabemos que o que transforma a sociedade é a educação, que a aplicação na educação é fundamental, mas não podemos deixar a saúde do jeito que está. Nós não podemos deixar as pessoas morrerem nas enormes filas devido a esse despreparo e por falta de atendimento. Às vezes, quem tem o seu plano de saúde, quem tem um rendimento bom, já tem alguma dificuldade! Agora, imaginem lá, na ponta, aquele coitado que vai lá buscar o atendimento à saúde e que não encontra o atendimento à saúde de que precisa e necessita.

Então, temos que ver isso, essa questão humanitária é muito importante. Consideramos que é importante aplicar na educação, mas a saúde não pode ficar de lado nessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Deputada Rosane.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Eu só quero registrar que eu sou absolutamente contra. Porque daqui a pouco sai um apontamento a respeito da reunião. Muitos Deputados me antecederam agora, na fala, mas, de repente sai um resumo da reunião e vão indagar como uma reunião, que tem que discutir o financiamento público, já está defendendo a legalização do jogo como fonte de financiamento, e esse resumo simplista acaba ficando só nisso. Então, eu quero, primeiro, registrar a minha posição frontalmente contra essa situação. Vamos debater, vamos discutir, mas eu gostaria de registrar isso.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Que bom, que bom, Deputado. Mas é para ficar isso muito claro para todo mundo.

Eu gostaria que nós, em algum momento, pudéssemos ter realmente um diagnóstico sobre onde o grosso do dinheiro da saúde se consome, para onde vai o



grosso do dinheiro da saúde. *“Ah, mas isso é só pegar um relatório do Orçamento, e é fácil”*. Mas é na discussão. E eu vou dizer por que eu estou falando isso.

Ontem, vindo para cá, eu vi uma propaganda do Ministério das Cidades e outros Ministérios afins — eu não sei se a saúde tinha participação — mostrando um acidente de moto. A propaganda é muito boa! Mostra um acidente de moto, e diz que o carro para consertar leva 5 dias, e aquela pessoa, para se reabilitar — mostrava inclusive a incisão cirúrgica — leva 5 anos. A propaganda mostrava o quanto aquilo era sério. Eu acho que isso é um gasto imenso e muito benfeito com a saúde. Porque sabemos quanto os acidentes de moto e de automóveis consomem do dinheiro da saúde. E enfrentar esses problemas eu acho que significa também cuidar do dinheiro da saúde.

Nós precisamos de outra fonte de financiamento, mas temos que saber quais são os ralos, por onde o dinheiro da saúde se escoia, onde ele se perde. E onde, em que setor ele faz tanta falta. Eu acho que isso vale a pena, e quero trabalhar profundamente isso.

Eu quero deixar registrado que, quando nós votamos a Emenda 29, eu me posicionei, e fui a única do meu Estado a votar a favor da CPMF, na época — depois virou CCS. Eu votei favoravelmente porque eu entendia que faltavam recursos. É lógico que isso foi contra toda a sociedade, mas eu paguei o preço pela defesa que eu tenho da instituição. Porém, acho que não podemos buscar recursos num setor fragilizando outro.

E eu encerro dizendo o seguinte: numa dessas viagens de fim de ano, levada pelos meus filhos, eu fui a Los Angeles e a Las Vegas. E eu prometi para mim mesma que eu nunca mais voltaria a Las Vegas. Eu não cheguei a um caça-níquel, eu não joguei. Mas no hotel em que nós estávamos, como todos os hotéis, passa-se por dentro de grandes cassinos. E, à noite, quando eu passava, eu via gente sentada na frente de uma máquina e, no outro dia, no café da manhã, a pessoa permanecia na frente da máquina. Eu vi coisas envolvendo jogo, na cidade de Las Vegas, ligado à prostituição. O pessoal vai escutar isso e vai pensar que eu estou fazendo uma apologia contra a cidade. Mas a prostituição é imensa, na cidade toda. A questão da droga, a questão do jogo, tudo vem muito junto com aquilo. E olha que quem está lá é porque tem muito dinheiro, quem está lá consegue trabalhar inclusive



a compulsão de ser viciado em jogo, e consegue dar vazão a isso, o que, provavelmente, não aconteceria no nosso País.

Então, eu tenho muito medo disso, eu quero discutir mais. E eu acho que nós temos outras formas legais de investir nesse que é um grande sistema de saúde — acho que o maior do mundo.

Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Sr. Presidente, na sequência da Deputada Rosane, eu também não estou aqui fazendo apologia do jogo, não — quero deixar muito clara a minha posição. O que eu disse foi o seguinte: se se partir do princípio de que a carga tributária atual não é suficiente para colocar dinheiro na saúde, nós temos que analisar, de cabeça aberta, todas as possibilidades. Ponto. Jogo é uma delas. Aumentar, triplicar vezes 5, vezes 10. Bebida alcoólica, por exemplo, eu tenho certeza que vicia muito mais do que o jogo, mata muito mais do que o jogo, leva muito mais ao crime do que o jogo. A gente passa e vê pessoas sentadas em bares 24 horas por dia; vemos famílias serem destruídas pelo álcool. E o álcool é permitido dentro do Brasil, o Governo é sócio da bebida alcoólica. Então, nós temos que entrar de cabeça aberta, não entrar com cabeça fechada para a discussão. E eu nunca fui a Las Vegas; gostaria de ir lá. Talvez se a Comissão aprovar, eu possa conhecer Las Vegas. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Fazer uma inspeção *in loco*.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Fazer uma inspeção *in loco* lá. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Las Vegas não é proibida, não.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Vamos para o Mississippi ouvir *blues*, que é melhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Las Vegas não é proibida.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Las Vegas não é proibida, Deputado Eleuses.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Pela ordem, Sr. Presidente.



É só para pedir o seguinte: hoje é um dia de definição de plano de trabalho, então vamos mapear, mas sem entrar no mérito. A receita do jogo foi uma entre várias alternativas que foram citadas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Deputado Eleuses.

O SR. DEPUTADO ELEUSES PAIVA - Primeiro, eu queria cumprimentar V.Exa. e o Relator, Deputado Rogério Carvalho. Não tenha dúvida de que todos nós, da área de saúde, todos nós deste País estamos aí a postos, de olho em V.Exa. no caminhar que V.Exa. vai dar a essa Relatoria.

Eu só queria fazer uma sugestão a V. Exa. Sobre essa proposta de que precisamos buscar fontes de financiamentos, alguns *lobbies* já existem, instalados, e eu tenho muito medo de que eles resolvam crescer com isso. Então, eu gostaria de pedir a V.Exa., que, na primeira audiência, V.Exa. convocasse a área econômica do Governo para debater aqui entre nós. Eu queria a área econômica do Governo debatendo. Por quê? Por que eu acho importante? Eu quero saber se realmente nós temos problemas sérios de financiamento. Eu queria debater com a área econômica. Por exemplo, nós estamos agora desonerando a folha de pagamentos, isenção fiscal. Até o celular, agora. O celular foi o último agora que teve desoneração. Então, eu acho que a gente tem que discutir com a área econômica, primeiro. Temos que nos debruçar sobre isto. Para atingir o montante, o que eles falam de novas fontes, há necessidade, não há necessidade, de que forma? Eu gostaria de debater com a área econômica antes de nós aprofundarmos se vamos abrir aqui novas fontes, se vamos, para resolver o problema da saúde, arranjar liberação de vícios, como o jogo, ou se nós vamos aumentar os impostos que nós já temos. Por exemplo, álcool, cigarro. O impacto disso quanto seria? Porque, senão, nós ficamos falando de números, e, na realidade, nós não sabemos os impactos disso.

Então, eu gostaria de sugerir a V.Exa., para a abertura dos trabalhos, que nós tivéssemos a oportunidade de debater com a área econômica do Governo a questão de financiamento de saúde, e se a área econômica do Governo também coloca em pauta algum tema. Eu gostaria, antes de começar, que nós tenhamos um encontro com área econômica do Governo.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Eu acho que vamos ter dificuldade — o senhor que é mais antigo aqui — de trazê-los, hein, Rubens? Haverá muita dificuldade. Vamos convidá-los, mas haverá dificuldades.

Vamos ver. O senhor quer fazer...

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Eu queria fazer uma observação: que nós fôssemos fazendo uma síntese, porque estamos divergindo demais. Então, aí nós não vamos saber qual é o roteiro; não vamos saber se aprovamos ou não o roteiro do Rogério, ou se faremos outro roteiro.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, eu quero crer que o que, na verdade, nós temos aqui é essa grande contribuição do Relator, é evidente, e nós temos que analisar, e não vamos começar pelo fim.

Nós temos que realmente pegar esse início para poder dar contribuições. Eu acredito que as falas que me antecederam buscaram, na contribuição, dar condições para que possamos enriquecer essa proposta de agenda, de como esta Comissão vai poder contribuir propositivamente para que possamos decidir e ajudar os órgãos competentes a melhorar na saúde, não só do ponto de vista financeiro, mas também do ponto de vista da qualidade de atendimento. Porque existe essa preocupação. Na medida em que nós temos, financeiramente, condição de dar melhores equipamentos, melhores salários, melhores leitos, todas essas coisas, nós vamos saber que vamos ter melhor qualidade de atendimento.

Eu queria colocar isso, até inspirada pelo que os meus colegas falaram, ou seja, que nós temos a discussão dos *royalties*. Mas nós não discutimos, nós não pensamos nos *royalties* para a saúde, nós não pensamos também nos *royalties* para a educação. Quem pensou foi o Governo. Nós não pensamos como uma fonte para a saúde.

Então, acho que é uma riquíssima contribuição se aqui nós evoluirmos para fazer essa discussão do percentual para a saúde, principalmente quando sabemos que uma distribuição discricionária para os Municípios seria muito melhor, evidentemente. Município tem uma série de situações de demandas, e por isso os Municípios ganham sempre nesse debate de distribuição de *royalties*, quando esses recursos não são carimbados, porque eles têm folha de pagamento, têm uma série de outras demandas. Na medida em que nós vamos ter carimbados, então nós



vamos melhorar consideravelmente, tanto a educação quanto a saúde. E aí vamos precisar de uma orientação, reorientação, o vai melhorar, e melhorar mesmo, porque a situação de saúde é uma questão nacional, e a educação também. Então, seria muito bom que nós pudéssemos ter aqui como fonte.

Também existe outra questão, que nós poderíamos pensar, que esta Casa evidentemente não pensou, no momento em que nós falamos de princípios constitucionais, como a tributação das grandes fortunas. Nós temos isso também, que poderia ajudar a área da saúde. Poderíamos pensar nisso antes de nós pensarmos em qualquer outra fonte que venha a onerar, evidentemente, a população com o aumento de taxas que já existem. Nós já temos contribuído tanto!

A questão da bebida, por exemplo, que traz um prejuízo enorme, aqui já foi colocada. Mas a bebida é uma coisa que nós... O cigarro, o alcoolismo, que leva a atropelamento. As multas já foram colocadas, as drogas consentidas e legalizadas. Nós poderíamos partir para essa discussão, sem fazer um discurso do ponto de vista moralista, mas da saúde. Nós estamos falando de saúde e de buscar recursos nessas fontes, para que nós possamos, então, dar uma destinação melhor para esses recursos.

Por isso que eu fiz essa manifestação aqui, até porque eu estou muito envolvida com essa questão da redistribuição dos *royalties*, e eu sou uma daquelas que torce para que nós tenhamos realmente recursos para a educação e para a saúde, mas uma saúde em que possamos ter um resultado muito imediato. E esse resultado imediato não vai ser pura e simplesmente com os recursos dos *royalties*. Mas nós temos em mãos coisas que estão funcionando, e de que nós poderíamos lançar mão, numa boa discussão, numa boa compreensão desta Casa, para que, de imediato, não só o Governo, mas nós pudéssemos propor coisas exequíveis do ponto de vista financeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Com a palavra o Deputado Dr. Paulo César.

O SR. DEPUTADO DR. PAULO CÉSAR - Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde aos demais companheiros.



Sr. Presidente, vou seguir a mesma linha do Deputado Marcus Pestana e do Pe. José Linhares. Hoje há essa pauta para definirmos o roteiro dos trabalhos e deliberarmos requerimentos, e um requerimento extrapauta.

Sabemos que esta é uma Casa de debates, onde todos os Parlamentares devem expor suas opiniões, mas eu acho que precisamos caminhar.

Aqui diz: discutir o financiamento da saúde pública. Não diz se é financiamento de recursos já existentes ou se são novas fontes de recursos que iremos apresentar mais à frente. Diz que é financiamento da saúde pública.

Então, temos que definir esse roteiro de trabalho. Depois, discutiremos o que se tem hoje em termos de financiamento público da saúde e quais são as alternativas que esta Comissão Especial vai apresentar nesta Casa, como financiamento, de onde sairão esses recursos. Não é isso? Se vai voltar a CPMF, se será criada a CSS, ou se vai sair do pré-sal. São temas para discutirmos mais à frente. Se todos nós formos nos aprofundar aqui, hoje, por exemplo, sobre essa questão, se vem do jogo, se vem do pré-sal, se vem de novo imposto, se é um novo tributo, aí realmente a Comissão vai fugir à pauta, e nós não vamos conseguir andar.

Tem a questão da compulsão, também. Existe gente que tem compulsão por roer unha, existe gente que tem compulsão por comprar sapatos e mais sapatos, existe gente que tem compulsão pelo jogo, existe gente que tem compulsão pelo álcool e por drogas. Não é isso? Eu tinha compulsão por operar, bisturi na mão, operar, operar, operar. Mas, com o meu mandato aqui, não posso ter essa compulsão. Então, mudei minha compulsão, hoje. Minha compulsão, hoje, é pescar camarão e pegar siri na Lagoa de Araruama, em Cabo Frio. Essa é a minha compulsão. Agora, quando se fala "*ah, porque o jogo*", nós não podemos discutir já quais são as fontes de financiamento. Agora, tenho certeza que essa pessoa que estava no cassino em Las Vegas não estava algemada à máquina, com certeza não estava. Ninguém a algemou ali e a obrigou a jogar.

Então, acho que são temas sobre os quais temos que discutir, como os financiamentos. Mas devemos discutir o que temos hoje para o financiamento da saúde pública, e o que esta Comissão, brilhantemente, poderá apresentar ao Governo como novas fontes de financiamento de saúde pública.



Então, que possamos definir o roteiro de trabalho, para mais à frente pautarmos o que acabamos de discutir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Muito bem.

Deputado João Paulo, que foi Prefeito de Recife e sabe o que é o SUS.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA - Sr. Presidente, em relação ao roteiro, não me sinto ainda à vontade para votar, porque peguei o roteiro agora e teria que, no mínimo, aprofundar-me mais. Fiz uma leitura rápida, acho que há questões aqui bastante interessantes. Concordo com a preocupação da nossa Deputada. Eu acho que a Comissão, em princípio, está aberta para discutir qualquer proposta, mas, se não tivermos cuidado do ponto de vista do conteúdo político, pode ficar uma má impressão da Comissão.

Acho que, dentro do roteiro, sobre a discussão do financiamento, a reflexão que teríamos que fazer aqui não é apenas sobre o financiamento, mas financiar o quê. Eu digo isso porque fui Prefeito da cidade do Recife. E o que se sente do ponto de vista da dimensão dos problemas? Primeiro, há necessidade de um processo crescente, educativo, da população. Isso, sob toda uma reflexão, já dizia o introdutor da macrobiótica na América Latina, o Prof. Tomio Kikuchi, que fala justamente da relação entre o desejo e a necessidade.

Então, é lógico que financiar, a meu ver, não é só financiar a doença, ou o tratamento da doença. Acho que nosso País está precisando de um grande trabalho na linha de saneamento público, que está ligado à saúde. Eu digo isso por Recife. Em torno de 6% da cidade tinha esgoto tratado e 23% era saneado, só. Tratado, 6%. Nós tínhamos a maior incidência de filaríose da América Latina. Então, são questões de extrema gravidade.

Aí entra toda a questão do financiamento, tabela de SUS, tratamento da população, fiscalização. Então, são questões de muita profundidade. Acho que esta Comissão, inclusive com V.Exa. na Presidência, pode dar uma grande contribuição para o sistema, para melhorar a vida de milhões e milhões de pessoas em todo o Brasil.

Inclusive, por mais importante que seja a Copa, acho que deveria haver uma mobilização maior, no Brasil, pelo saneamento público de qualidade, que está



contaminando os nossos rios. Vou dar o exemplo de Recife, do Capibaribe — não é isso Paulo Rubem —, o Rio Beberibe, que hoje basicamente já não tem mais vida, e outros do Brasil.

Então, acho que essa reflexão, além de buscar fontes de financiamento, poderia também das sugestões na linha da prevenção. E isso passa pela bebida. Não é que se vai proibir as pessoas de beberem, mas trata-se de um processo de educação, de controle da mídia em relação às bebidas alcoólicas. Podemos dar uma contribuição nesse sentido. Em relação ao cigarro, foi feita uma grande campanha no Brasil. Na minha gestão em Recife, botamos para torar no uso do fumo.

Então, Sr. Presidente, quero finalizar dizendo que esta Comissão, sob o vosso comando e do Relator, pode dar uma grande contribuição ao Brasil na perspectiva de buscarmos mais recursos, mas também um maior controle, uma maior fiscalização.

Veja, por exemplo, a tabela do SUS. Os médicos não querem fazer convênio com o SUS. Por quê? Porque o preço está defasado. A população é muito mal atendida em algumas áreas.

Então, devemos refletir sobre isso, Sr. Presidente.

Sobre a questão do roteiro, quero dizer a V.Exa. que gostaria, no mínimo, de me aprofundar um pouco mais, e dar uma contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Muito bem.

Vamos aos requerimentos.

O primeiro requerimento é do Deputado Toninho Pinheiro. Eu vou esperar o Relator chegar, para comentar sobre o seu relatório.

O Toninho pede que a Sra. Presidente da República nos dê uma audiência.

Em discussão.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - No fechamento dos trabalhos. Proposta do Marcus Pestana.

Então, nós aprovamos e a data fica para discutirmos posteriormente. O.k.? Isto.

Deputado Pe. José Linhares. O senhor quer argumentar? *(Pausa.)*



Vou ler. Ele propõe a participação de Júlio Dornelles de Matos, Presidente da Federação das Santas Casas do Rio Grande do Sul; Edson Rogatti, da Federação das Santas Casas de São Paulo; Antonio Carlos Forte, Superintendente da Santa Casa de São Paulo; e Porfírio Andrade, Superintendente da Santa Casa de Belo Horizonte.

O que os senhores acham? Acho que nós vamos ter que ouvir a base, o CONASS, o CONASEMS, a Federação dos Médicos e, de repente, outra entidade. Acho que vamos ter que ouvir também numa audiência informações da base, dos usuários. Agora, faremos apenas uma reunião para cada setor ou juntamos um representante de cada setor?

Vamos lá. O que se está propondo é trazer essa elite das Santas Casas. O que vocês acham?

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Eu acho que a gente tem essa representação proporcional, hoje, eleita, no Conselho Nacional de Saúde. Tem assento dos usuários, tem assento dos trabalhadores, tem assento dos gestores por eleição.

O SR. PRESIDENTE (Darcísio Perondi) - Sim. Então, qual é a proposta?

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Senão, nós vamos começar assim: eu gostaria que fosse... Eu também concordo, gostaria de ouvir as filantrópicas, mas quais filantrópicas? As Santas Casas? Eu tenho filantrópicas que não são Santas Casas. Só em termos práticos, para a gente não se perder. Senão, eu começo a falar: eu gostaria que fosse ouvida a Federação Nacional dos Médicos. Aí o Thadeu vai olhar e falar que gostaria que escutassem o Conselho Federal de Odontologia, o Conselho de Biólogos, o de Técnicos de Radiologia. Nós vamos cair numa vala perigosa.

Como o Conselho Nacional de Saúde é eleito nacionalmente pelo SUS, é o controle social, acho que eles estão representados nas cadeiras do Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Darcísio Perondi) - Boa sugestão.

Dr. Marcus Pestana e, depois, a Deputada Benedita.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Estou preocupado em não perdermos o foco. Nós não estamos no divã ressuscitando se o financiamento é ou não um problema. Isso está dado. Há evidências internacionais, evidências técnicas



e tal. Então, isso não está em questão, tanto que existe a Comissão. Senão, vamos ficar numa esquizofrenia em que vamos cair numa crise de identidade sobre o que estamos fazendo aqui.

Segundo, não é um muro de lamentações do SUS. A gente sabe das agruras que a gente sofre, os gestores, os prestadores, os profissionais. Na Comissão, precisamos ter canais permanentes.

Então, acho que há três tribos aí. Uma tribo é o pessoal da Academia, que estuda o tema e pode ter *insights*, insumos, matéria-prima criativa, tipo Lígia Bahia, tipo Gilson ou outros que estudam.

Outra trupe, outra tribo é o pessoal da área econômica, é o pessoal que pode ajudar a desvendar o problema das fontes de financiamento do ponto de vista fiscal-tributário.

E o outro são os atores do sistema, profissionais prestadores de serviço e tal. Acho que, por exemplo, CONASS e CONASEMS devem sempre acompanhar aqui os trabalhos, mas particularmente naquela questão do segundo ponto que o Rogério apontou da organização federativa.

Então, acho que temos que ter cuidado, senão a gente vai dispersar. Eu não aguento mais ouvir palestra que fique na generalidade da falta de dinheiro, choramingando. Acho que tem que ter foco, tem que ter pragmatismo, tem que ter um plano de trabalho que aponte algo, para a gente levar à Presidente, se ela conceder essa audiência, coisas substantivas. Vamos liberar o jogo? Vamos tributar as grandes fortunas? Vamos criar um novo imposto? Vamos todos apoiar os 10% de vinculação? Vamos acabar com a eliminação da dedução de Imposto de Renda?

Então, acho que tem que ter um foco mais objetivo, para a gente não ficar dando volta num tema que já é sobejamente conhecido e discutido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Deputada Benedita.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Bom, eu vou um pouco na mesma linha, para não perdermos o foco. Senão, nós vamos fazer uma série de audiências, vamos colocar todas as estrelas aí, vamos ouvi-las, porque as pessoas têm *expertise*, e não vamos chegar ao objetivo maior que é contribuir para que essa audiência possa ser exitosa.



É por isso que eu concordo. Vamos enxugar ao máximo, para trazeremos aqueles que podem nos ajudar a formular aqui uma melhor proposta indicativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Sim.

Deputado Rogério. Depois, Deputado Mandetta.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO CARVALHO - Mandetta, V.Exa. quer falar primeiro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Deputado Mandetta.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Sim, só para complementar. Queria que não errássemos na mão, com uma audiência tão fechada, porque nós vamos precisar de parceiros. Às vezes, concluímos sem escutar ou sem dar a esses potenciais parceiros um protagonismo, como os CONACS, por exemplo. Esses que estão lutando por pisos salariais, a Enfermagem, com sua luta pela jornada de 30 horas. Está tudo parado no financiamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Muito bem.

Deputado Rogério.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO CARVALHO - Na sugestão que nós fizemos, colocamos três momentos para discutir fontes de financiamento. Não queremos dizer novas fontes, queremos dizer fontes. A gente pode identificar o que existe e o que pode ser buscado para pautar o debate de forma a produzirmos consequências.

Vou dar um exemplo. Existe a possibilidade de o Governo Federal rediscutir a dívida com os Estados — são bilhões que os Estados pagam à União anualmente. Se a União vai rediscutir em vez de pagar, não pode retirar uma parte disso para ser aplicada na saúde? Esse dinheiro já existe. Só que vai para a União. Isso pode vir a ser.

Então, há possibilidade de você encontrar um recurso que hoje vai para os cofres da União e que poderá voltar para produzir desenvolvimento, focado na área da saúde. Não estou dizendo que o dinheiro que vai para a União cai no buraco negro. Não vai! Vai para outros investimentos, outras prioridades. Mas essa é uma possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Sobre o assunto...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO CARVALHO - Tudo é sobre o assunto, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Sim, mas...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO CARVALHO - Presidente, tudo é sobre o assunto. Então, por favor. V.Exa. está sendo um pouco indelicado comigo, como Relator, porque eu ouvi... Escute, Presidente, escute, Presidente.

Eu ouvi, como Relator, todas as pessoas e estou dando uma sugestão. Então, eu queria que V.Exa. fosse mais adequado no tratamento comigo, por favor.

Sim, é claro. Estou fazendo uma proposta, adentrando ao assunto. Quando eu falo, eu tenho o direito de me justificar. Quando eu falo da dívida dos Estados com a União — há 100 bilhões de reais em discussão —, esse dinheiro pode ser dirigido para a Saúde. Então, estou falando do tema.

Então, voltando à questão do item Fontes de Financiamento, nós temos três momentos. Nós poderemos ouvir os representantes das Santas Casas, dos CONASS, CONASEMS, que são de fato aqueles que estão operando, num dia. Nós podemos ouvir quem hoje tem o recurso e que aplica a regra atual, que é o Ministério da Saúde. Ou nós não vamos ouvir o Ministério da Saúde sobre esse item? É claro que vamos. O Ministério da Saúde tem um papel, de acordo com a regra atual, certo? Está aplicando o recurso, está tendo uma disputa. É preciso ouvir o Ministério da Saúde. Com é hoje? Eu não estou falando aqui do segundo item, estou falando do primeiro ainda.

Nós podemos chamar aqui a academia, que pode vir no mesmo dia. Ou podemos chamar o Ministério da Saúde, podemos chamar os gestores num dia, podemos chamar as Santas Casas, categorias profissionais num dia, gestores em outro dia. Num terceiro dia, a academia, e *experts* que a gente entenda que podem dar alguma contribuição. Vejam. Esse trabalho é um trabalho inicial em que a gente tem que explorar o tema e envolver os diversos setores no debate; senão, a gente já sabe o que a gente quer, então não precisa fazer a Comissão, a gente não precisa debater e aprofundar. É fundamental que a gente faça isso.

A partir daí nós temos a partilha. Atores vão se repetir, porque são itens distintos. Por exemplo, não dá para discutir partilha sem discutir com Estados e Municípios e o Ministério da Saúde. Eles precisam voltar aqui para discutir um dia, mas é preciso ouvir outros atores com relação ao esse tema, academia e atores, inclusive, fora do Brasil, se a gente puder trazê-los.



Por fim, há a questão da transparência. Tem uma sugestão aqui do DENASUS. É uma boa sugestão, mas nós poderíamos ouvir outros atores da área acadêmica, que questionam hoje o excesso de controle e a falta de transparência, porque nem sempre o controle excessivo produz transparência. Então, estou sugerindo aqui que nós temos...

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Permita-me um aparte, Deputado Rogério, mas quero ouvi-lo. Eu não estava aqui lá atrás, quando se pensou no imposto para financiamento da saúde. Mas se pensou em um imposto em cima do déficit orçamentário e se pensou em um imposto em cima de situações reais onde faltava dinheiro. Mas, em cima da sua fala, hoje nós trabalhamos algumas situações específicas. As Santas Casas falam há muito tempo sobre a necessidade de um reajuste da tabela do SUS, em se pagar melhor os procedimentos.

Eu entendo que em algumas regiões do Brasil faltam mais recursos do que em outras regiões. Em algumas regiões, nós temos dificuldades para financiar recursos humanos; em outras regiões, nós precisamos ter acesso a mais tecnologia nos serviços de apoio e diagnóstico terapêutico.

Então, essa coisa está posta. Nós podemos partir daí. Já sabemos quanto de recurso se precisa. Nós já temos esse diagnóstico de quanto de recurso se precisa e onde eles são necessários de imediato. Nós temos esse diagnóstico. É claro para todos os membros.

Eu sei algumas situações. Eu sei, por exemplo, que nós não temos leito de desintoxicação de dependentes químicos adolescentes, porque o SUS financia muito pouco isso e não há o interesse de os hospitais gerais terem esse serviço.

Então, eu sei onde faltam recursos dentro do diagnóstico do meu Estado. Mas nós temos isso no âmbito do Brasil, posto, colocado? Nós não precisamos partir esse diagnóstico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Primeiro, Dr. Rogério, linha direta, entendimento cada vez melhor. Não há nenhuma dificuldade, apesar da adjetivação. Nós vamos construir juntos, eu, você e esse grupo, para tirar o marco legal.

Eu tenho um ótimo entendimento com o Rogério. Nós nos conhecemos há menos de dois anos. E temos um ótimo entendimento.



É um quadro extraordinário que esta Casa tem.

Eu concordo com o Rogério. Nós temos que ouvir também, não abrir demais, Pestana, mas ouvir também.

Acho que ouvi um representante das Santas Casas e, talvez, da Confederação. Vem o Conselho Nacional de Saúde, não representando todo o Brasil. Vem o Conselho como Conselho.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Presidente, quando a gente fala Conselho, cada cadeira tem uma entidade. Por exemplo, no meu Estado era a Presidente do Pestalozzi do Estado. Já foi a Santa Casa. Eu não sei se hoje, por exemplo, a Santa Casa pode estar compondo o Conselho. Eu não sei quais são as entidades.

Como ele é um órgão máximo e eleito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Eu vou voltar na argumentação. Os colegas me ajudem se eu estiver errado. O Conselho pode vir como Conselho. Tem lá: CONASS, participa do Conselho, mas é o CONASS, com toda a bagagem e a responsabilidade; CONASEMS é o CONASEMS. Confederação Nacional da Saúde, mas a Confederação das Misericórdias também representa. Talvez nesta tarde que o Relator propôs, das entidades, a gente aumente para seis entidades e dá 10 minutos. Eu participei de um seminário nos Estados Unidos de 5 dias com conferencistas ótimos que falavam 7 minutos. Um que outro passava para 8 ou 9 minutos, gente de alto gabarito, e sobrava tempo para o debate. A gente pode exercitar isso, mas ouvir também.

Nós poderíamos, se tivéssemos liberdade, ouvir cinco ou seis entidades representativas. V.Exa. concorda? Nós estamos modificando o seu requerimento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Sr. Presidente, eu pertença a outra Comissão e nós vamos fazer um seminário agora, na próxima semana, no Ceará. Estão pedindo para que cheguemos lá, porque é preciso organizar esse seminário e eu sou um dos organizadores.

Eu acho que os atores, aquele pessoal que está na base, têm que ser ouvidos, porque quem está sofrendo a dor são eles. Nós vamos ficar aqui ouvindo o quê? Os acadêmicos falarem sobre as grandes teorias de Einstein? Isso é bobagem. Nós precisamos ouvir para também termos a sensibilidade de saber o que eles estão sofrendo. Isso é importante. Que seja um ou dois, mas que sejam ouvidos. Eu



não tenho nenhuma restrição que seja um, dois ou três, contanto que as entidades sejam ouvidas.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Padre José, eu só gostaria de deixar aqui um testemunho. Exerci, no ano passado, a Presidência da Comissão. Para nós fazermos audiência pública, por exemplo, que vai tratar de um assunto de médico, vêm o Sindicato dos Médicos, a Federação dos Médicos, a Associação Médica Brasileira, o Conselho Federal de Medicina. Se a gente vai tratar alguma coisa da parte hospitalar vêm a Associação Brasileira de Hospitais, o Sindicato Brasileiro de Estabelecimentos Hospitalares. Se chamar um desses nomes e não chamar o outro, melindra todo mundo. Tenha cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Deputado Mandetta, V.Exa. assuma a presidência, porque vou defender requerimento. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Deputado Mandetta, posso usar a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mandetta) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Esse aqui já caiu, porque é da Confederação Nacional de Saúde, que vai entrar nas entidades. O outro é para chamar um da Academia, que é o Gilson Carvalho. E ele topa. Eu não trouxe todos. O outro é da Academia: o Áquilas Mendes e o Elias Jorge. O Elias Jorge participou da construção da Emenda nº 29 e da regulamentação. Nós discutimos muito a questão da receita corrente líquida e da receita corrente bruta. Ele dirigiu o Departamento de Economia do Ministério da Saúde até o ano passado. O Áquilas Mendes é doutor em economia e saúde — é mestre em orçamento. O da Confederação das Santas Casas está prejudicado.

O Deputado Marcus Pestana está propondo o seguinte: se houver consenso, a gente pode aprovar sem o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mandetta) - Essas pessoas são do viés Academia, certo?

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Da Academia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mandetta) - Eu não me debrucei sobre o tema, estou escutando aqui. Alguém quer que se dê um pouco mais de tempo para se exercitarem? Lembraram da Lígia Bahia agora no final. *(Pausa.)*



Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Aqueles que são favoráveis à aprovação permaneçam como se acham.

(Pausa.)

Aprovado.

Não impede de outros nomes surgirem e serem encaminhados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Isso não impede, no andar dos trabalhos, que, se a Deputada Benedita descobrir uma pessoa brilhante para contribuir, possamos discutir e aprovar, por exemplo. Não vamos ser inflexíveis.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO CARVALHO - Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Sim.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO CARVALHO - Eu queria sugerir, se houver consenso, que a gente deixasse previamente acordado: primeira audiência com as organizações, e a gente ficou de ver nomes etc. A gente tem algumas sugestões e vai sugerir mais na semana que vem.

A segunda, pelo que eu estou entendendo, seria com os representantes da academia; e uma terceira com os representantes de Governo: CONASS, CONASEMS, Ministério da Saúde e Ministério da Fazenda, Receita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Então, vamos lá. Na terça-feira, chamaremos as...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Agora a mais trabalhosa, que tem que ser imediatamente, é a ideia do Rogério de chamar representantes de alguns países. Temos que fazer contato com as embaixadas o mais rápido possível, porque vai levar um tempo grande.

Então, temos que tomar uma atitude imediatamente.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO CARVALHO - Seria a terceira. Só vai ser na segunda semana de maio, porque a primeira não tem.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sim, mas aí nós teríamos que fazer o convite e o contato com as embaixadas imediatamente, porque isso leva uns 2, 3 meses até uma pessoa de lá vir.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Então, em discussão e votação a sugestão de que vamos escolher três países para aqui chegarem e apresentarem as suas propostas.

A Mesa quer autorização do Plenário. Estamos autorizados?

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Mas eu não entendi, Deputado: convidar pessoas de países para virem...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Isso. Expor sobre modelos de financiamento.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Modelos de financiamento.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Eu queria, só para avaliação da Mesa, sugerir Inglaterra, Canadá e Itália.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Eu ia sugerir Inglaterra e Canadá, principalmente porque eu acho que o Canadá é aquele que talvez seja o que a gente tenha que mirar. É que a Inglaterra está com financiamento quase que o dobro do Canadá em valores.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO CARVALHO - Não, não.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Um é 2.200, o outro é 3.800.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO CARVALHO - Não, não.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Eu vi no último anuário...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO CARVALHO - Não, não. O Canadá é mais do que a Inglaterra.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Eu gosto mais do Canadá porque é um país mais continental, grandão; a Inglaterra é meio ilha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Mas os três irão comparecer.

Então, na terça-feira, nós vamos ouvir as entidades. Na terça-feira, vamos ouvir as entidades, e na quinta-feira da semana que vem nós voltamos a trabalhar.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Quinta-feira a que horas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Hum?

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Quinta-feira é feriado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Quinta-feira da semana que vem não é feriado.



O SR. DEPUTADO MANDETTA - Sr. Presidente, eu sei, perdoe-me. Acho que para a gente não ficar somente com modelos europeus, acho que aqui, na América do Sul...

É um país pequeno, mas que tem uma proposta que é um caminho em direção à universalização, ainda não chegou lá, que seria o Chile.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO CARVALHO - No Chile, a previdência é o instituto francês. A gente não está chamando a França porque...

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Em coparticipação...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO CARVALHO - Não sei se vale a pena.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O Chile tem um modelo diferente, paradigma diferente.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Para a gente não ficar somente com uma ausculta europeia, não é?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO CARVALHO - A gente já tem aqui o Canadá.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - *(Início fora do microfone. Inaudível.)* ... mais universal, a gente chama Portugal. Está numa crise danada de financiamento. É uma alternativa.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Mas é isso que a gente está querendo também, só aproximar essa realidade cruel...

O SR. DEPUTADO MANDETTA - São 1.200 euros, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Pessoal, preparem-se, pois nós vamos trabalhar na terça-feira e na quinta-feira. Vale o esforço, vale o fechamento da agenda. Terça-feira e quinta-feira.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Nós vamos ter que trabalhar meio no paralelo, porque tem as outras Subcomissões também, a Comissão de Seguridade, também vão trabalhar, vão achar seus horários, estou presidindo uma, componho a outra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Está em discussão isso.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO CARVALHO - A minha sugestão é que a gente consiga as terça-feiras à tarde. É o suficiente.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Eu também acho, porque às terças-feiras e às quintas-feiras não vai dar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Por quê?

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Porque nós já arrumamos...

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Eu acho que você poderia deixar as quintas-feiras para as audiências públicas. Acho que a quinta-feira para audiência pública acaba funcionando melhor do que a terça-feira. Nas quintas-feiras, o número de audiências públicas é muito menor na Casa. Quando eu coloquei audiências públicas às quintas-feiras pela manhã na Seguridade, basicamente iam à audiência o autor do requerimento mais um, dois, que eram muito ligados ao tema. Mas aqueles que vinham para colaborar, para trazer os números para nós vinham em peso. O corredor das Comissões ficava completamente vazio, e você tinha 10 plenários para fazer. Na terça-feira à tarde para você fazer uma audiência é bem mais complicado.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO CARVALHO - Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Deputado Rogério, Relator.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO CARVALHO - Eu acho que se a gente organizar tudo num dia só, a possibilidade da gente ter sucesso é maior. Se a gente fizer na terça-feira, reúne a Comissão e começa a audiência pública... O que a gente tem do ponto de vista administrativo? Quase nada. Aprovando os requerimentos, a gente vai ter o trabalho. E aí o que nós vamos ter são as audiências públicas.

Eu acho mais seguro a gente fazer as nossas audiências públicas às terças-feiras, porque todos os Deputados já estarão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Isso. É importante formar a consciência de todos numa convergência.

Deputada Benedita.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Apenas para dizer às terças-feiras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Está bom.

Marcus Pestana, terças-feiras ou quintas-feiras? (*Pausa.*)

Terça-feira.

Então, aprovada a terça-feira. E a quinta-feira não está afastada, nós vamos voltar a discutir. A quinta-feira não se fecha. Nós vamos aproveitar, talvez não



sistematicamente, para andarmos, porque estamos num ano pré-eleitoral e uma bela proposta que tirarmos daqui, num ano pré-eleitoral, pode avançar.

A Presidenta Dilma pode querer resolver a questão do financiamento, mas ela terá a área econômica completamente contra. E num período pré-eleitoral, a área econômica pode flexibilizar. *(Risos.)*

Gostaram? Eu que fui flexível agora.

Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - *(Fora do microfone)* Vocês tinham que *(ininteligível)* ofício ao embaixador e à assessoria técnica fazer um contato pessoal com as três embaixadas que forem selecionadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - O Deputado Rogério Carvalho tem um profundo conhecimento de inúmeros países.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - *(Fora do microfone)* Não, só a Coreia do Norte... *(ininteligível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Darcísio Perondi) - Não, não. Então, ele vai ser decisivo nesses acordos. *(Risos.)*

Pessoal, nada mais havendo a tratar, encerro a reunião e convoco todos para audiência na terça-feira, às 14h30min.